

A estátua de Salvador Correia de Sá em Luanda: a cidade alta, o poder colonial luso-brasileiro e o mito da “restauração”

*Alberto Oliveira Pinto**

Resumo: A figura de Salvador Correia de Sá e Benevides representou à população de Luanda até a independência de Angola, os três poderes da Cidade Alta: o poder político-administrativo, que exerceu enquanto governador durante quatro anos; o poder militar, uma vez que se distinguiu enquanto general que expulsou os holandeses e veio, por isso, a acumular o cargo de capitão-mor de Luanda com o de governador; e o próprio poder eclesiástico, atendendo à sua notável capacidade de influenciar as ordens religiosas, em particular os Jesuítas. O mito da “Restauração”, associado ao prestígio de Salvador Correia, foi partilhado por angolanos e por colonos portugueses enquanto permaneceu na memória coletiva o longo período de hegemonia brasileira na economia angolana, assente no tráfico de escravos. Sobreviveu à extinção da Companhia de Jesus e chegou mesmo a atrair a simpatia dos nativistas da “Imprensa Livre” ao longo de todo o século XIX.

Palavras-chave: restauração, Luanda, identidade, tráfico, elite.

INTRODUÇÃO

O espaço urbano de Luanda, primeira cidade fundada na África a sul do Saara por europeus em 1576, foi estruturado desde a primeira hora na base de dois pólos distintos: a Cidade Alta, por cima das barrocas, e a Cidade Baixa, no sopé destas junto à baía. A primeira manteve-se sempre a sede do

* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL). Portugal.

poder político-administrativo, eclesiástico e militar. A segunda nasceu e expandiu-se enquanto centro portuário e comercial.

Salvador Correia de Sá e Benevides (Cádiz, 1602? - Lisboa, 1681? ou Rio de Janeiro, 1594? – Lisboa, 1688?), governador de Angola entre 1648 e 1651, não obstante ter contribuído, com a sua política de incentivo ao tráfico de escravos com o Brasil, para intensificar sobremaneira o comércio do porto e da baixa de Luanda, ficaria, contudo, para sempre ligado preferencialmente à Cidade Alta na memória dos luandenses. A sua estátua, mandada fazer em alvenaria por subscrição pública de uma elite de comerciantes abastados de Luanda, foi inaugurada na Cidade Alta, na chamada Praça do Palácio, defronte do Palácio dos Governadores e da Igreja de Jesus, antigo Colégio dos Jesuítas, a 1 de Março de 1874. O pedestal ostentava gravado o seguinte dístico: *A Salvador Correia de Sá e Benevides Restaurador de Angola em 1648*.

Em 1975, uma vez declarada a Independência de Angola e à semelhança do que aconteceu com outras estátuas coloniais da cidade, foi apeada e depositada na Fortaleza de São Miguel. No Largo do Palácio manteve-se, contudo, o pedestal, o qual conservaria, até 1998, data em que seria finalmente removido com as obras destinadas a criar condições para que a Presidência da República de Angola, até então instalada no Futungo de Belas, se deslocasse para a Cidade Alta, a legenda que designava Salvador Correia de Sá por “Restaurador de Angola”.

Quem era Salvador Correia de Sá? Qual o seu papel na História de Angola? Por que motivo foi a sua estátua erigida e instalada defronte do Palácio dos Governadores na Cidade Alta? Porque foi apeada em 1975?

SALVADOR CORREIA DE SÁ: ESPANHOL, PORTUGUÊS OU BRASILEIRO?

As datas de nascimento e da morte de Salvador Correia de Sá e Benevides têm sido objeto de polémica. Umhas fontes afirmam que nasceu no Rio de Janeiro em 1594, vindo a falecer em Lisboa em 1688.¹ Outras apresentam-no como nascido em Cádiz (Espanha) em 1602, falecendo em Lisboa, mas em 1681.² Na primeira hipótese, portanto, nasce oito anos antes e morre sete

¹ Cf. Salvador Correia de Sá e Benevides, In: <<http://genealogia.netopia.pt/home/>>

² Joel Serrão (Dir. de), *Dicionário de história de Portugal*, Volume V. p. 397-401.

anos mais tarde do que na segunda. É tentador acreditar que a primeira hipótese é que corresponde à realidade, sendo 1602, não a data do seu nascimento, e sim aquela em que os seus pais, Martim Correia de Sá e Maria de Mendonça e Benevides, se fixaram em Espanha, tendo o jovem Salvador Correia então oito anos de idade e havendo a sua família ou ele próprio, já adulto, forjado uma data fictícia para o seu nascimento em Cádiz a fim de mais facilmente se poder afirmar enquanto espanhol no seio da corte filipina.

Para que o possamos compreender melhor há que recorrer à genealogia da família Sá, de origem portuguesa, em território brasileiro. Ela remonta a Mem de Sá, natural de Coimbra e irmão do poeta Sá de Miranda, que em 1557 foi nomeado terceiro governador-geral do Brasil. Apoiado pelos Jesuítas, entre os quais foi educado, governou na cidade do Salvador da Baía, então capital da colônia. Havendo repellido os franceses fixados na baía da Guanabara, incumbiu o seu sobrinho Estácio de Sá de povoar, em 1565, aquela que viria a ser a cidade do Rio de Janeiro. Dois anos depois, porém, Estácio de Sá foi morto por uma seta envenenada num combate com os tupi-guarani aliados aos franceses, sendo substituído na capitania-mor do Rio de Janeiro pelo seu irmão Salvador Correia de Sá (nascido em Santarém em 1540), pai de Martim de Correia de Sá (nascido no Rio de Janeiro em 1570) e avô de Salvador Correia de Sá e Benevides. Martim Correia de Sá é um dos cinco filhos de Vitória da Costa, que supomos ser uma índia neófita, terceira esposa de Salvador Correia de Sá, a única de quem teve descendência e com a qual se juntou já em território brasileiro. Salvador Correia de Sá e Benevides é filho do casamento de Martim Correia de Sá com Maria de Mendonça e Benevides, uma fidalga espanhola. Esta aliança deu-se certamente pouco antes de 1594 e corresponde sem dúvida a uma tentativa dos Correia de Sá, entretanto tornados abastados comerciantes e fazendeiros que controlavam a economia açucareira e escravagista no Brasil, se aproximarem da nobreza espanhola, depois de Portugal ter ficado sob o domínio da Espanha quando as duas coroas se uniram na pessoa de Filipe II após a crise sucessória portuguesa de 1580.

Filho de pai brasileiro e mãe espanhola, Salvador Correia de Sá e Benevides é visto como português pela história colonial portuguesa e como brasileiro pela historiografia nacionalista angolana do MPLA.³ De fato, vi-

³ Cf. MPLA, *História de Angola*, p. 81-83.

veu a maior parte da sua vida no Brasil, para onde partiu em 1615, acompanhando o pai, Martim Correia de Sá, que para lá regressava, novamente na qualidade de governador da Capitania do Rio de Janeiro. Estudou então no Colégio dos Jesuítas de São Paulo, congregação religiosa a que ficaria sempre ligado, e durante a juventude participou em várias expedições em busca de minas, nos sertões de Sergipe e São Paulo, em guerras contra os índios em território brasileiro e paraguaio, e em campanhas militares contra os holandeses instalados nos portos no Brasil, distinguindo-se na recuperação para os portugueses e espanhóis da cidade do Salvador da Baía, então capital do Brasil, em 1625. Em 1637, tal como o pai, o avô e o tio-avô, foi nomeado governador da Capitania do Rio de Janeiro, em substituição de Rodrigo de Miranda Henriques. Mas já desde 1635 que os fluminenses o apodavam de *A Sombra do Sol*, pois controlava toda a economia açucareira do Rio de Janeiro, tendo conseguido, mercê da fortuna arrecadada ao longo de anos pela sua família na exploração das minas e dos solos brasileiros, que o Senado da Câmara lhe concedesse a exploração exclusiva dos engenhos e dos armazéns de embarque, por um período inicialmente previsto para 19 anos, mas que se perpetuaria pelos seus descendentes até 1851.⁴ Porém, a historiografia colonial portuguesa, normalmente avessa aos fatores determinantes de ordem econômica e preocupando-se apenas em exaltar os méritos dos seus heróis, atribui esta primeira nomeação do “lusso-espanhol” – e só secundariamente “brasileiro” – Salvador Correia de Sá para governador do Rio de Janeiro exclusivamente a um prêmio que lhe concedeu Filipe IV de Espanha (e III de Portugal) pelo seu arrojo na dominação das revoltas índias nas províncias espanholas de Tucuman, S. João e S. Luís.⁵

É verdade que Salvador Correia de Sá e Benevides, filho de Maria de Mendonça e Benevides e marido de Catarina de Ugarte e Velasco, ambas espanholas, foi sempre benquisto pela corte filipina. Daí a discussão que se tem levantado em torno do fato de, em Março de 1641, ter manifestado publicamente o seu apoio ao Duque de Bragança, aclamado rei D. João IV em Lisboa três meses antes, na Revolução de 1 de Dezembro de 1640, que res-

⁴ Cf. António Filipe Pereira Caetano, “O Contraponto no Ultramar: Salvador Correia de Sá e Benevides entre ser Sombra e ser Sol”, X Encontro Regional de História – ANPUH-RJ, História e Biografias – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002.

⁵ Cf. Gastão Sousa Dias, *Julgareis qual é mais excelente*, p. 101-102.

taurou a independência da Portugal do domínio filipino. Segundo alguns dos seus contemporâneos, só terá tomado a iniciativa de reconhecer o Duque de Bragança enquanto rei de Portugal mercê de pressões exercidas pelos Jesuítas.⁶ Esta hipótese é plenamente admissível, pois os interesses econômicos da família Correia de Sá e os interesses – alegadamente religiosos mas essencialmente comerciais e políticos – dos padres da Companhia da Jesus harmonizavam-se. Uns e outros visavam obter o monopólio dos lucros da exploração e da venda do açúcar, pelo que a hegemonia holandesa da Companhia das Índias Ocidentais nos principais portos do Brasil lhes era prejudicial. Foi, sem dúvida, com o apoio dos Jesuítas que, durante a juventude, ao lado de outros roceiros e comerciantes, Salvador Correia se distinguiu nas campanhas de expulsão dos holandeses do território brasileiro, espelhando um sentimento anti-holandês que constituía um primeiríssimo embrião do que viria a ser o nativismo brasileiro. Mas a exploração açucareira implicava o fornecimento constante de mão-de-obra escrava vinda do continente africano. Foi no intuito de prejudicar os senhores de terras e comerciantes brasileiros que, logo após o êxodo dos holandeses de Pernambuco, os Jesuítas exaltaram – provavelmente depois de haverem influenciado Roma nesse sentido – a doutrina contida numa inesperada Bula do Papa Urbano VIII que condenava como herege todo aquele que utilizasse negros no trabalho da terra, o que gerou grandes protestos no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde se chegou mesmo a exigir a expulsão da Companhia. Na qualidade de governador da Capitania do Rio de Janeiro, Salvador Correia conseguiu um acordo de paz entre Jesuítas e proprietários de terras fluminenses e paulistas, os quais continuariam a utilizar escravos negros nas suas lavouras.⁷ Subsistia, porém, um problema: os principais portos africanos fornecedores de escravos, Luanda e Benguela, assim como o entreposto incontornável que era o arquipélago de São Tomé e Príncipe, encontravam-se ocupados pelos holandeses, pelo que os custos de importação dessa mercadoria essencial encareciam sobremaneira.

Em 1643, Salvador Correia de Sá foi alvo de acusações graves, tais como sequestro de navio, desvio de bens e impostos régios, uso inadequado

⁶ Cf. C.R.B., In: Joel Serrão, *Dicionário de história de Portugal*, p. 400-401.

⁷ Cf. António Filipe Pereira Caetano, *Ibidem*.

dos recursos da Coroa, nepotismo, criação de impostos sem a autorização régia e utilização de material de má qualidade nas construções da Capitania, numa carta subscrita por Domingos Correia, antigo Provedor da Fazenda, e outros notáveis brasileiros e por estes enviada ao Conselho Ultramarino, em Lisboa. Aproveitando o afastamento voluntário de Salvador Correia de Sá do governo da Capitania do Rio de Janeiro para se defender destas acusações, os Jesuítas têm-lho aconselhado a escrever igualmente ao Conselho Ultramarino e a dirigir-se pessoalmente a Lisboa.⁸ Não é, pois, de admirar que tenha sido por diligências dos padres da Companhia de Jesus que D. João IV designou, nesse mesmo ano, Salvador Correia de Sá general das frotas do Brasil e no ano seguinte membro do Conselho Ultramarino, apressando também, em 1647, a sua nomeação enquanto governador de Angola, com ordens secretas para recuperar Luanda e outros pontos do litoral angolano ocupados pelos holandeses desde 1641.

É certo que, logo após a Revolução de 1 de Dezembro de 1640, Portugal celebrara, a 12 de Junho de 1641, um tratado de tréguas com a Holanda.⁹ Mas esse tratado visava, segundo os holandeses, obter a paz com os portugueses apenas na Europa, uma vez que tal aliança com Portugal interessava à Holanda na sua guerra contra a Espanha, pelo que não impediu que Maurício de Nassau ocupasse Luanda, Benguela e São Tomé em Agosto de 1641 sem o menor sinal de protesto por parte de Lisboa. Tudo leva, pois, a crer que a ruptura deste tratado de tréguas em 1648, através do envio a Luanda da esquadra secreta comandada por Salvador Correia de Sá, tenha resultado de manobras de influência da Companhia de Jesus, a qual, à revelia da Santa Sé, que só muito mais tarde, em 1669, reconheceria a independência de Portugal face à Espanha¹⁰, terá pressionado o governo de Lisboa nesse sentido, não apenas para defender os seus próprios interesses, mas também os interesses subjacentes dos comerciantes de escravos brasileiros, de cujos portos os holandeses haviam sido entretanto expulsos.

Deste modo se compreende como é que, perante os múltiplos apelos da população luandense, refugiada em Massangano das incursões holandesas desde 1641, ao governo de Lisboa, efetuados através de mensageiros, no sentido de

⁸ Idem, *Ibidem*.

⁹ Cf. José Calvet de Magalhães, *Breve história diplomática de Portugal*, p. 82-87.

¹⁰ Cf. José Calvet de Magalhães. *Op. cit.*, p. 90-92.

a corte de D. João IV tomar providências e enviar para Luanda uma esquadra contra os holandeses, os mesmos pedidos só tenham obtido resposta quase sete anos depois, conforme se encontra assaz documentado na *História Geral das Guerras Angolanas (1680-1681)* de António de Oliveira de Cadornega. Esta delonga, à qual pôs fim a decisão tomada pela Companhia de Jesus de influenciar Lisboa a enviar uma esquadra para Luanda apenas depois de o poder revolucionário se encontrar minimamente estabilizado em Portugal, aparece inteligentemente ficcionada no romance da literatura angolana *A Gloriosa Família* de Pepetela.

Em 1652, após quatro anos no governo de Angola, Salvador Correia regressaria a Portugal, voltando em 1659 ao Brasil enquanto governador e capitão-general da Repartição do Sul. No Rio de Janeiro ainda haveria de suportar uma sublevação dos moradores contra o seu regime, em 1661, que ficou conhecida por *Revolta da Cachaça*¹¹, conseguindo justificar sumariamente um dos seus chefes, Jerónimo Barbalho, graças ao apoio dos paulistas. Lisboa, contudo, substituiu-o no ano seguinte, voltando Salvador Correia a Portugal, onde viria a tomar o partido do Conde de Castelo Melhor na revolução palaciana de 1667 e muito mais tarde, já numa fase adiantada do governo do Príncipe Regente D. Pedro, a reocupar o seu cargo no Conselho Ultramarino, vindo a falecer no dia 1 de Janeiro de 1681, segundo uns, e de 1688, segundo outros.

A “RESTAURAÇÃO DE ANGOLA” SEGUNDO A HISTORIOGRAFIA COLONIAL PORTUGUESA

Como se desenrolou, então, em 1648, a reconquista de Luanda aos holandeses, que a historiografia colonial portuguesa, repetindo a terminologia usada para a Revolução de Dezembro de 1640, dos portugueses contra o domínio espanhol, consagraria com a designação de “Restauração de Angola”? A principal fonte narrativa coeva desse fato, erigido pela mesma historiografia em ato de heroísmo e bravura, é, como já o dissemos, a *História Geral das Guerras Angolanas (1680-1681)* de António de Oliveira de Cadornega. A respeito da reconquista de Luanda, este documento só parcialmente corresponde a um depoimento testemunhal, pois Cadornega, conforme aliás o reco-

¹¹ Cf. António Filipe Pereira Caetano. Op. cit.

nhece, não presenciou as operações militares, uma vez que não se encontrava em Luanda e sim em Massangano, só regressando à capital precisamente depois da expulsão dos holandeses, havendo então participado nas festividades que logo se seguiram.¹² Em relação ao que se passou em Luanda entre os dias 14 e 18 de Agosto de 1648, Cadornega certamente se baseia no que lhe foi contado por alguns dos soldados brasileiros que desembarcaram com Salvador Correia, reinterpretando os testemunhos segundo o seu ponto de vista pessoal. Os pormenores do seu relato aparecem, no entanto, reproduzidos na maioria das obras dos autores que se preocuparam em organizar a História de Angola de acordo com uma perspectiva colonial.¹³

Segundo Cadornega, a esquadra de Salvador Correia de Sá, inicialmente constituída por sete navios mas reduzida a cinco pelas intempéries, terá saído de Lisboa em Novembro de 1647 rumo ao Rio de Janeiro. Nesta cidade, Salvador Correia conseguiu obter mais dez navios, cinco dos quais à sua própria custa e outros cinco com o dinheiro de outros comerciantes brasileiros, partindo para Luanda com um total de quinze embarcações a 12 de Maio de 1648, dia consagrado ao Arcanjo São Miguel. Apenas onze navios e mil e cem homens, incluindo índios quase nus de penas na cabeça, chegaram em Julho às costas da futura Moçâmedes, no sul, de onde a expedição, seguindo a rota normal dos veleiros, ao sabor dos ventos e da corrente fria de Benguela para atingir de sul para norte a barra do Kuanza e o porto de Luanda – só alterada muito mais tarde com o aparecimento dos navios a vapor –, partiu rumo ao Quicombo, perto do atual Sumbe (antiga Novo Redondo), onde era suposto Salvador Correia, à semelhança de Cerveira Pereira em Benguela trinta anos antes¹⁴, fundar uma cidade comercial que fizesse concorrência a

¹² Cf. António de Oliveira de Cadornega, *História geral das guerras angolanas (1680-1681)*, Tomo II, p. 1-41.

¹³ Destacamos, entre o século XVIII e o século XX, os seguintes autores e obras: Elias Alexandre da Silva Corrêa, *História de Angola*, Volume I, p. 257-270; Alberto de Lemos, *História de Angola*, Capítulo VII, “A Restauração”, p. 187-216; Ralph Delgado, *História de Angola*, 2º Volume, Capítulo XI, “A Restauração”, p. 361-400; Gastão Sousa Dias, *Julgareis qual é mais excelente*, p. 99-108 e *Os Portugueses em Angola*, p. 119-127; José Maria d’Eça de Queiroz (neto), *Seara dos Tempos*, p. 421-431.

¹⁴ No intuito de fazer concorrência a Luanda com outro porto de embarque de escravos a sul, na região ovimbundu, Manuel de Cerveira Pereira, governador de Angola por duas vezes, entre 1603-1606 e 1615-1617, fundou com êxito em 1617 o presídio de São Filipe de Benguela, cujo nome homenageia o rei Filipe

Luanda, e daí seguir por terra para Massangano. Foi, no entanto, a perda de um galeão numa tempestade ao largo de Benguela que, trazendo mais uma vez a Salvador Correia a evocação do Arcanjo São Miguel, o levou a renunciar a esse projeto e a dirigir a esquadra diretamente para Luanda, onde fundeou entre a barra da Corimba e a Ilha do Cabo na madrugada do dia 14 de Agosto, intimando os holandeses do Forte do Morro a renderem-se.

Os flamengos solicitaram uma trégua de uma semana, pois esperavam que alguns dos seus compatriotas voltassem de Massangano, para onde tinham seguido dias antes, aliados à Rainha Jinga e ao Rei do Kongo, com o objetivo de atacar os portugueses de lá. Informado desse fato, Salvador Correia – a esse propósito chamado “general anfíbio” por Gastão Sousa Dias – decidiu surpreender o inimigo por terra, daí que lhe tenha concedido apenas dois dias das tréguas pedidas, os quais aproveitou para fundear mais a norte, junto ao Forte do Penedo, mais ou menos onde se situa o atual porto de Luanda e a Avenida da Boavista, abaixo da atual encosta do Miramar. Cerca de 900 homens desembarcaram aí e subiram as barrocas, rezando missa campal à sombra de uma grande árvore, talvez um imbondeiro.¹⁵

A coluna de infantaria de Salvador Correia foi então avançando pelo mato, seguindo um itinerário que corresponde aproximadamente à atual Avenida Brito Godins (ou Lenine), dando uma curva na Maianga, então Lagoa dos Elefantes, e chegando ao Convento de São José, futuro Hospital Maria Pia (ou Josina Machel). O objetivo era atingir a Cidade Alta, o pólo dos poderes. À entrada desta, os holandeses haviam-se entrincheirado no lugar

III de Espanha e II de Portugal, cidade também conhecida inicialmente pelo nome de Benguela a Nova, por se suceder a Benguela a Velha, mais a norte, no atual Porto Amboím (Cf. Mário Milheiros, *Índice histórico-corográfico de Angola*, p. 29).

¹⁵ Na ficção de Pepetela, o holandês católico Baltazar Van Dum dá guarida aos homens de Salvador Correia nesse lugar, então inóspito, onde desde há vários anos instalara o sobrado da sua família e o seu armazém de escravos (Cf. Pepetela, *A gloriosa família*, p. 379-406). Conforme já o escrevemos antes (Cf. Alberto Oliveira Pinto, *A Oralidade no Romance Histórico Angolano Moderno*, p.5-8) e nos veio a ser confirmado pelo próprio Pepetela em Maio de 2005, o que levou o romancista a situar aí a casa da personagem Baltazar Van Dum, no século XVII, foi o fato de esse mesmo local, perto do Cemitério do Alto das Cruzes, aparecer designado na planta de Luanda de F. Dutra de 1862, que Pepetela aliás reproduz no seu livro anterior *Luandando*, por “Musseque Vandunem”, indiciando, portanto, tratar-se de um terreno que, pelo menos no século XIX, pertencia à família Van-Dúnem (V. “Planta de Luanda de F. Dutra de 1862” In: Pepetela, *Luandando*, p. 70-71).

referido por Cadornega como Porta dos Negros ou Porta do Rosário, onde então se erguia a Igreja do Rosário dos Pretos. Mas, surpreendendo efetivamente os flamengos, que contavam com um ataque por mar e não por terra, os brasileiros não tardaram a transpor essa trincheira e tomaram a Igreja de Jesus ou Colégio dos Jesuítas (atual Sé), que os holandeses tinham transformado em recinto de assembleia parlamentar. Foi neste ponto que o destacamento brasileiro deu curso à operação estratégica gizada por Salvador Correia, dividindo-se em quatro colunas, todas com o objetivo de atacar o morro de São Paulo, futuro morro de São Miguel: a primeira desceria as barrocas, por detrás do atual Estádio dos Coqueiros, seguindo pela então Praia Grande (atual fim da Marginal, mais ao menos ao pé do Largo Lopes de Sequeira ou do Atlético), a fim de tomar a Fortaleza da Guia, no sopé do morro, onde atualmente se encontra o Largo do Baleizão; a segunda avançaria diretamente pela Estância da Matriz¹⁶ (atual Rua de Diogo Cão ou 17 de Setembro); a terceira desceria as barrocas do que viria a ser a Samba até à Praia do Bispo¹⁷, atacando o baluarte sudoeste da fortaleza; uma quarta coluna vinha pela baía, em batéis, atacando o baluarte norte. Ao contrário do que previa Salvador Correia, estas quatro ações não conseguiram ser simultâneas, pelo que só três dias depois, a 18 de Agosto, os holandeses capitularam.

Após a partida dos flamengos com os seus haveres e escravos, Salvador Correia assumiu o governo de Angola, onde permaneceria até 1652, e decretou que se mudasse o nome da capital: em vez de São Paulo de Luanda, como era conhecida desde 1575, ano em que foi fundada por Paulo Dias de Novais, a cidade passaria a chamar-se São Paulo da Assunção, eliminando-se do nome a palavra Luanda, por rimar com Holanda, e homenageando-se, ao mesmo tempo, Nossa Senhora da Assunção, padroeira do dia 15 de Agosto, data a partir da qual passaria a festejar-se, até à Independência, a “Restauração de Angola”. Porém, poucos anos depois, a designação tradicional tornaria a figu-

¹⁶ Este nome deve-se ao fato de nela se situar a primeira Sé de Luanda, ou Igreja Matriz, então deixada ao abandono pelos holandeses e mantendo-se nessa condição depois da reconquista, desempenhando durante o século XIX as funções de estábulo de gado bovino, segundo o depoimento de Livingstone, e sendo a sua torre sineira adaptada nas primeiras décadas do século XX a Observatório Meteorológico, cujo balão nele usado para medir o estado do tempo deu origem ao nome do beco que se formaria com a construção das moradias dos diretores do Banco de Angola, o Beco do Balão.

¹⁷ Assim chamada ainda antes da ocupação holandesa, por ficar abaixo do morro onde se erguia a Igreja Matriz e se estava em vias de construir a residência episcopal.

rar em documentos oficiais e a cidade passaria então a chamar-se São Paulo da Assunção de Luanda, nome que oficialmente ainda conserva. Além de que a Fortaleza do Morro, que os holandeses construíram em pedra e cal segundo a sua técnica militar sofisticada, substituindo o antigo forte de adobe consagrado a São Paulo, adquiriria o nome do arcanjo padroeiro da expedição, passando a chamar-se Fortaleza de São Miguel.

Há que assinalar que foi durante o governo de Salvador Correia que a Ilha de Luanda, até então sob a dependência do rei do Kongo, foi submetida à força pelo governador português e definitivamente anexada pela colônia de Angola, em retaliação pela aliança dos axiluanda com os holandeses. A atividade da recolha do zimbo e as finanças do reino do Kongo passaram a ser controladas pelos portugueses, acelerando-se assim um processo de crispação na relação destes com os bakongo que viria a culminar na Batalha de Ambuíla de 1665.

Interessa ainda observar que a ligação de Salvador Correia de Sá aos Jesuítas está na origem das comemorações da “Restauração”, cujas festividades, sempre associadas às celebração das cerimônias religiosas de 15 de Agosto, de que destacamos as missas campais nas barrocas da Fortaleza ou na Igreja de Jesus e a procissão em ação de graças a Nossa Senhora da Assunção, se repetiriam por muitos anos na Cidade Alta, com grande adesão popular, até 1975. Um dos primeiros atos públicos do “Restaurador”, após a saída dos flamengos, foi precisamente devolver à Companhia de Jesus o seu Colégio e a sua Igreja, onde ordenou que se celebrassem festas comemorativas da reconquista da cidade durante oito dias. A tradição, repita-se, subsistiu todos os dias 15 de Agosto, mesmo depois de a Igreja de Jesus ter sido abandonada em 1760, por ocasião da expulsão dos Jesuítas pelo Marquês de Pombal, e de o seu telhado ter ruído em 1783, só vindo a Igreja a ser integralmente restaurada depois de 1948, precisamente na sequência das comemorações do terceiro centenário da “Restauração” de Luanda, embora seguindo um processo de obras moroso que duraria até 1965.¹⁸ Isso não obistou, contudo, a que a procissão do dia 15 de Agosto tivesse sempre, até à Independência, mantido a tradição de sair de uma das igrejas localizadas na Cidade Alta, fosse ela o Convento franciscano de São José (futuro Hospital Maria Pia) entre 1818 e 1833,

¹⁸ Cf. José de Almeida Santos, *Vinte anos decisivos na vida de uma cidade 1845-1864*, p. 40 e ss.

ou, depois dessa data, a Igreja da Misericórdia, então chamada da Conceição por albergar a paróquia da antiga Sé, voltando a sair da Igreja de Jesus após a conclusão da sua reconstrução em 1965.¹⁹

○ CSICLO COLONIAL LUSO-BRASILEIRO E A PARTILHA DA IDEIA DA “MISSÃO CIVILIZADORA” ENTRE OS COLONOS E OS *FILHOS DO PAÍS*

O que efetivamente está subjacente ao período que a historiografia colonial mistificou enquanto “Restauração” e à personalidade do homem que, segundo a mesma construção historiográfica, assume o papel de “O Restaurador”, como se fora um émulo em Angola da figura do Duque de Bragança tornado rei D. João IV, é uma realidade que se prende com o início de um longo ciclo, que viria a durar quase três séculos, em que a atividade econômica dos portos angolanos, fornecedores principais de mão-de-obra escrava para o Brasil, é controlada preferencialmente por comerciantes brasileiros. É do Brasil que chegam as principais mercadorias que no interior, para obtenção de cativos, os funantes e os aviados transacionam com os chefes africanos. Entre elas evidencia-se a gerebita, cachaça proveniente dos engenhos de açúcar, que circulou pelas bodegas e tabernas de Luanda.

Esta dependência econômica direta de Angola em relação ao Brasil, que era ainda colônia de Portugal, refletiu-se, evidentemente, numa interferência brasileira nos assuntos políticos e administrativos angolanos, ao ponto de vários dos sucessores de Salvador Correia no governo de Angola, ainda que nomeados por Lisboa, serem brasileiros: sucede-lhe imediatamente Rodrigo de Miranda Henriques (1651-1653), que em tempos o antecederia na Capitania do Rio de Janeiro, vindo depois João Fernandes Vieira (1658-1661) e André Vidal de Negreiros (1661-1666), antigos heróis da libertação de Pernambuco do domínio holandês, assim como João de Lencastre (1688-1691) e Henrique Jacques de Magalhães (1694-1697).

No século XVIII, de par com os governadores e com os comerciantes, Angola viu chegar igualmente grande número de degredados políticos proveni-

¹⁹ Cf. António Pinto da França, In: Sofia Pinto da França, *Aquarelas de Luanda e d'outros lugares de Angola*, p.18, 22 e 24. A partir desta data, o autor destas linhas, então criança, assistiu várias vezes à procissão comemorativa da “Restauração” de Angola a 15 de Agosto.

entes do Brasil, nativistas condenados por sublevação contra a autoridade colonial portuguesa, nomeadamente os revoltosos da *Inconfidência Mineira*, em 1789²⁰, o que contribuiu para difundir os ideais das “Luzes” e do liberalismo, através da distribuição de livros e panfletos e da atividade das lojas maçônicas, infiltradas nas irmandades religiosas, como as confrarias de S. Pedro Gonçalves Telmo (ou Corpo Santo) e de Nossa Senhora do Carmo, em Luanda. É neste quadro que se compreende o aparecimento em Angola de um projeto de ligação política ao Brasil, manifestado, quer a quando da divulgação por Luanda e Benguela de panfletos de solidariedade à Revolução Pernambucana de 1817 – pesem embora os esforços empreendidos pelas autoridades coloniais por impedir este fato –, quer pela recusa de vários deputados angolanos em comparecer às cortes constituintes portuguesas reunidas após a revolução liberal de 1820, quer ainda, e sobretudo, pelas tentativas de revolta, em Luanda e em Benguela, contra o governo colonial e em favor de um “partido brasileiro”, entre 1822 e 1824, na sequência da independência do Brasil.²¹

Os comerciantes brasileiros, na maioria de origem europeia, continuavam, na primeira metade do século XIX, a dominar o comércio exterior nos dois principais portos angolanos, Luanda e Benguela, de par com os que se proclamavam *filhos do país*, famílias mestiças e negras provenientes de alianças matrimoniais com os luso-brasileiros.²² Processava-se, ao tempo, uma certa “partilha de poderes” com o governo metropolitano, cabendo a este o controle aduaneiro das mercadorias que entravam e saíam de Angola, arrecadando as respectivas receitas fiscais, e tendo os *filhos do país* o acesso ao desempenho de funções em cargos administrativos e militares.²³ Este quadro, porém, viria a sofrer significativas alterações após as medidas legislativas de Sá da Bandeira,

²⁰ Cf. Leonel Cosme, *Crioulos e Brasileiros de Angola*, p. 79-81. Sobre o degredo em Angola dos conspiradores da *Inconfidência Mineira*, V. igualmente, sob um olhar colonial, Gastão Sousa Dias, *Os Portugueses em Angola*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1959, p.279-290, e sob uma perspectiva de literatura comparada Tania Macêdo, “Sementes em chão de Exílio”, In: *Angola e Brasil. Estudos comparados*, p.13-39.

²¹ Cf. Manuel dos Anjos da Silva Rebelo, *Relações entre Angola e o Brasil (1808-1830)*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1970, p. 22-28 e p. 226-238.

²² Cf. Isabel Castro Henriques, *Percursos da modernidade em Angola. Dinâmicas comerciais e transformações no século XIX*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1997, p. 127-129.

²³ Cf. Carlos Pacheco, *José da Silva Maia Ferreira. O Homem e a sua época*, Luanda, União dos Escritores Angolanos, 1990, p. 49-50.

em 1836, proibitivas do tráfico de escravos, e sobretudo depois do encerramento dos portos brasileiros aos navios negreiros, por iniciativa do senador Euzébio Queirós, em 1850, período em que se começa a assistir à resistência a estas medidas por parte da burguesia angolana, constituída pelos já referidos negros, mestiços e luso-brasileiros, em grande medida incapacitada de encontrar alternativas ao comércio escravagista, até então o principal suporte do seu poderio económico e político.²⁴

Na segunda metade do século XIX, com a quebra operada no tráfico negreiro, a “abolição” legal da escravatura entre 1854 e 1878, o desenvolvimento do comércio de produtos “lícitos” (cera, marfim e borracha, além de um incremento da cultura do café, do algodão e da cana-de-açúcar) e a reforma aduaneira de 1867, destinada a proteger as mercadorias metropolitanas, verifica-se um aumento considerável dos colonos portugueses chegados a Angola. Esta política, reforçada depois de 1885 com as medidas tendentes a fazer cumprir o princípio da ocupação efetiva dos territórios decorrente da Conferência de Berlim, será determinante para a marginalização dos *filhos do país*, muitos deles afastados dos cargos administrativos e militares que ocupavam, outros prejudicados nos seus negócios ou expropriados das suas explorações agrícolas, e gerará, da parte deles, as múltiplas manifestações de nativismo angolano, que se sucederão, até à terceira década do século XX, na imprensa periódica de Luanda e nos movimentos associativos de naturais da terra, que se demarcarão dos colonos e do governo colonial.²⁵

Foi devido à decadência do seu poder económico e ao desaparecimento progressivo dos privilégios de que outrora usufruía, que essa burguesia nativista luandense, liderada pelo comerciante Francisco Barbosa Rodrigues²⁶, não hesitou, em 1874, aproveitando a tradição popular do mito da “Restauração de Angola”, associado à Cidade Alta, em custear a construção do monumento a Salvador Correia de Sá, o primeiro governador “brasileiro”, e em propor ao Governador João Baptista de Andrade que a sua estátua fosse colocada mesmo defronte do Palácio do Governador e da antiga Igreja dos Jesuítas, em ruínas havia mais de um século. Fê-lo, sem dúvida, num ato de afirmação do seu

²⁴ Cf. Isabel Castro Henriques. Op. cit., p. 106-108, 126-127 e 526-532.

²⁵ Cf. Mário António F. Oliveira, *A formação da literatura angolana (1851-1950)*, p. 51-83.

²⁶ Cf. Manuel da Costa Lobo, *Subsídios para a história de Luanda*, p.184.

prestígio enquanto *angolense* perante um poder colonial cada vez mais repressor, exaltando o “Restaurador de Angola” como uma figura emblemática do seu próprio nativismo. Note-se que neste período, o discurso colonial português, a fim de legitimar os direitos de Portugal face aos seus rivais europeus na corrida à África, começa a orientar-se num sentido de negação delirante do passado escravocrata, ao mesmo tempo em que, na sequência do trauma que constituiu a Independência do Brasil, obnubila igualmente a memória dos trezentos anos de dominação colonial indireta do Brasil sobre Angola. Este processo, articulado essencialmente ao nível do subconsciente coletivo, obtém curiosamente a adesão da burguesia nativista luandense, não obstante o fascínio que a cultura brasileira continuará a exercer sobre ela. Mas essa adesão deixará de se fazer sentir, como adiante veremos, a partir da segunda década do século XX e em consequência da rigidez da política republicana portuguesa.

Depois da Conferência de Berlim (1884/85) e da consequente atribuição a Portugal, pelo direito internacional, da posse dos vastos territórios que constituiriam a colônia de Angola, desde que comprovada a sua ocupação efetiva mediante tratados de protetorado com os chefes locais ou pela sua capitulação perante a imposição militar do exército português, a mesma burguesia caluanda que reivindicou para si, nos jornais, o estatuto de *filhos do país*, do mesmo modo que patrocinou a construção da estátua de Salvador Correia, apoiou igualmente, salvo raras exceções²⁷, as chamadas *campanhas de pacificação do gentio*, destinadas a dominar os sobas revoltados, assim como a *missão civilizadora* do colonizador português. Há que ter em conta que a ocupação desses territórios pelo poder colonial viabilizava o fornecimento de mão-de-obra barata, constituída por aqueles que viriam a ser juridicamente designados por *indígenas*, substituindo os escravos, assim como o desenvolvimento do comércio e o aumento de postos administrativos, objetivos visados por essa burguesia nativista cujo estatuto social emergira do tráfico de escravos.

²⁷ Destaque-se, de entre todos, José de Fontes Pereira, que em artigo publicado no jornal *O Pharol do Povo* em 1885, não só reconhece soberania aos Estados angolanos pré-coloniais, evidenciando os então revoltados Dembos, como se insurge com veemência contra o fato de o Reino do Kongo não haver sido convocado para o debate entre as potências internacionais sobre a questão da bacia do Congo, que esteve na origem da Conferência de Berlim (Cf. *O Pharol do Povo*, nº109 de 28 de Fevereiro de 1885, In: Rosa Cruz e Silva, “O Nacionalismo Angolano, um projecto em construção no século XIX? Através de três periódicos da época: O Pharol do Povo, O Tomate e O Desastre”, In: Inocência Mata e Laura Padilha (Organização), *Mário Pinto de Andrade um intelectual na política*, Lisboa, Edições Colibri, 2002, p. 231-277).

Salvador Correia de Sá, o “Restaurador”, vai progressivamente perdendo a reputação de “primeiro governador brasileiro” e de incentivador do agora amaldiçoado tráfico de escravos para o Brasil, para se tornar então, de par com outras figuras, como a do abolicionista Pedro Alexandrino da Cunha, uma personificação da *missão civilizadora* do homem branco, pelo que não é de admirar que, durante este período, constituísse um símbolo da história de Angola paradoxalmente partilhado por nativistas angolanos e por colonos portugueses.

É de notar, a propósito da ideia de “homem branco”, como o rosto da estátua de Salvador Correia erguida em 1874, elaborado a partir de uma gravura de Charles Legrand de 1841, nada tem a ver com o que aparece num quadro a óleo coevo, existente na Galeria de Arte Antiga de Florença, para cujo autor Salvador Correia efetivamente posou.²⁸ O objetivo de quem concebeu uma estátua do *Restaurador* de Angola, Salvador Correia, praticamente à imagem do *Restaurador* de Portugal, D. João IV, além de reforçar a concepção da *missão civilizadora* e *colonizadora* como um ideal patriótico português, a qual, substituindo a *missão evangelizadora*, foi ganhando corpo no século XIX e se imporia definitivamente no século XX, visava igualmente apagar da fisionomia de Salvador Correia os traços somáticos que, na pintura florentina, denunciavam a sua ascendência tupi-guarani por parte de Vitória da Costa, sua avó paterna.

O QUE REPRESENTOU SALVADOR CORREIA PARA A PRIMEIRA REPÚBLICA E PARA O ESTADO NOVO

A implantação da República em Portugal em 1910 constituiu uma tremenda desilusão para os intelectuais da burguesia luandense que, pelo menos a partir do início do último quartel do século XIX, apregoavam os ideais repu-

²⁸ Reproduzida em Ralph Delgado, *História de Angola*, 2º Volume, p. 362-363, a partir dos Arquivos de Angola. Assinale-se que, posteriores à gravura da autoria de Charles Legrand de 1841 (Cf. http://purl.pt/index/Geral/aut/PT/58803_P1.html) existem, pelo menos, duas gravuras não datadas, cujo autor, a julgar pelo traço do desenho, julgamos ser o mesmo, que pretendem ser retratos de Salvador Correia de Sá e se encontram reproduzidas em duas obras de historiografia colonial publicadas em 1948 por ocasião das comemorações do terceiro centenário da “Restauração de Angola: Gastão Sousa Dias, *Julgarei qual é mais excelente...*, p.103 e Ralph Delgado, *História de Angola*, 2º Volume, 1ª Edição, p. 416-417. Esta última gravura apresenta duas particularidades: além exibir ao fundo, do lado esquerdo atrás do retratado, a Fortaleza de São Miguel no alto do barrocal sobre a baía de Luanda, como se procurasse ilustrar o momento em que a esquadra de Salvador Correia fundeu na baía intimando os holandeses a renderem-se, encontra-se assinada no canto inferior direito. A assinatura, porém, é ilegível.

blicanos como panaceia para as discriminações que vinham sofrendo face aos colonos metropolitanos. Como muito bem advertira o malgrado Pedro da Paixão Franco ao escrever, em 1908, que “*a injustiça não é um exclusivo da monarquia, como a equidade não é uma virtude da república*”, o endurecimento da política colonial portuguesa deu-se durante a Primeira República (1910-1926). É nesse período que é criado o Ministério das Colónias (antes disso os assuntos ultramarinos eram tratados pelo Ministério da Marinha) pelo decreto de 22 de Agosto de 1911, assim como é aprovado, pela lei orgânica nº277 de 15 de Agosto de 1914, o Código de Trabalho nas Colónias, o qual não rompe com os princípios já enunciados em 1899 por António Enes acerca da imposição do trabalho forçado aos indígenas, antes os reforça. Na sua sequência é aprovada a Carta Orgânica de Angola a 28 de Novembro de 1917 e em 1919 institui-se o cargo de Alto Comissário que, ao contrário do Governador, não está dependente do Ministro das Colónias, mas apenas do Chefe do Estado.²⁹ É ainda neste período da Primeira República que é igualmente criada em Lisboa, em 1924, pelo diploma legislativo com valor de decreto nº43 de 30 de Setembro, a Agência Geral das Colónias, organismo dependente do ministério da tutela destinado a assegurar a ligação entre o governo colonial e o governo metropolitano através dos seus serviços, de que se destacou a secção de propaganda. Nos dois anos seguintes, o seu Boletim, revista mensal de divulgação de noticiário e de trabalhos científicos sobre as colónias, cujo primeiro número é publicado em Julho de 1925, assim como o Concurso de Literatura Colonial, instituído em Janeiro de 1926 (sublinhe-se que é anterior à queda da Primeira República, que só ocorrerá com o golpe militar de 28 de Maio de 1926), começarão a impor-se enquanto os principais meios de elaboração e difusão de um discurso colonial português que acentua e põe definitivamente em prática os dois princípios basilares vindos já do século XIX e enunciados pelo agente geral Armando Cortesão: a “missão civilizadora” do colonizador em relação ao colonizado e o consequente direito do colonizador à exploração dos recursos da colônia.³⁰

²⁹ Cf. Elizabeth Ceita Vera Cruz, *O Estatuto do Indigenato. Angola. A Legalização da Discriminação na Colonização Portuguesa*, p. 44.

³⁰ Cf. Alberto Oliveira Pinto, “O Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colónias (1926-1951); Colonialismo e Propaganda”, *Clio*, Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Nova Série, Vol. 7, 2002, p. 191-256.

Como consequência destas medidas legislativas seguidas por Lisboa, em Luanda e nas principais cidades de Angola acelera-se o processo de segregação dos africanos, fossem ou não escolarizados, em relação aos colonos metropolitanos cada vez em maior número. Norton de Matos, Governador de Angola entre 1912 e 1915 e Alto-Comissário da República em Angola entre 1921 e 1924, leva a cabo uma política persecutória e repressiva, quer dos colonos que vivessem com mulheres africanas, os chamados “cafrealizados”, muitos dos quais mandou prender e obrigou a regressar a Portugal, quer da camada angolana escolarizada, procurando equipará-la aos *indígenas*. As simples queixas apresentadas pelos camponeses de Dalatando e Lucala em 1917 e de Catete em 1922 acerca da invasão ilegal dos seus terrenos por parte de colonos foram consideradas por este Alto-Comissário insubordinações “indígenas” ou “nativistas” – termos que fazia questão de considerar sinónimos – e a perseguição que moveu aos seus porta-vozes da burguesia luandense, de entre os quais se destaca o escritor e procurador judicial António de Assis júnior, culminaria no encerramento, em 1922, de sete jornais de Luanda, sendo os mais conhecidos *A Verdade* e *O Angolense*. Os principais redatores desses jornais, António de Assis Júnior, António Ferreira de Lacerda, Francisco António Octávio, António Botelho Alves do Nascimento, Narciso do Espírito Santo e Manuel dos Santos Van-Dúnem foram presos e, posteriormente, expulsos de Luanda, e a Liga Angolana, a cujos corpos gerentes os dois últimos eram candidatos, imediatamente extinta. Nunca mais a imprensa livre ou nativista tornaria a erguer-se, ainda que vários dos seus colaboradores viessem a intervir, ao longo das décadas seguintes, embora mudando o discurso, na imprensa oficial que surge a partir de então e de que se evidencia *A Província de Angola*, jornal oficial fundado logo em 1923 por Adolfo de Pina a convite do próprio Norton de Matos.³¹ A segregação das famílias africanas da elite angolana que se acentua, repita-se, a partir da década de 1920 e dos consulados de Norton de Matos, vai-se refletir na divisão do espaço urbano de Luanda. A Cidade Alta passa a ser um bairro exclusivamente europeu onde a grande maioria dos moradores são metropolitanos recém-chegados a Angola. O mito de Salvador Correia e da “Restauração” de Angola, até então tendencialmente partilhado por todos os moradores de Luanda, vai-se tornan-

do quase exclusivo da população branca que habita a cidade asfaltada e progressivamente repudiada e esquecida pelos negros e mestiços relegados para a periferia.

Enquanto “Restaurador” e figura tutelar da pretensa missão civilizadora dos portugueses em Angola, o nome de Salvador Correia impõe-se então, quer na nova toponímia da cidade, pois a mais longa das artérias que atravessa a baixa, desde os Coqueiros até ao Bungo, figura já como Rua de Salvador Correia na Planta de 1926³², quer ao nível da principal e única instituição do ensino secundário, entretanto tardiamente criada por maioria de votos pelo Conselho Inspetor de Instrução Pública, aliás com a clara oposição de vários dos seus membros, que entendiam desnecessária a escolarização dos angolanos. Não é por acaso que o Liceu Central de Luanda, havendo sido fundado pela portaria n.º 51 do Governo-Geral de Angola, publicada no Boletim Oficial de Angola de 22 de Fevereiro de 1919, assinada pelo governador-geral Filomeno da Câmara de Melo Cabral, virá daí a quatro anos, mercê de legislação metropolitana, da responsabilidade do Ministro das Colónias Mariano Martins, que o equipara em regime jurídico aos liceus da metrópole, a lei n.º 1:511 de 13 de Dezembro de 1923, a ser oficialmente denominado Liceu Central de Salvador Correia. Inicialmente contíguo à Cidade Alta, pois situava-se na Avenida do Hospital ou Avenida Álvaro Ferreira, este liceu que ostentava o nome do “Restaurador” foi durante dez anos o único estabelecimento de ensino secundário existente em todo o território de Angola. Só em 1929 veio a ser criado, por iniciativa de Gastão Sousa Dias e com o beneplácito do novamente governador de Angola, em segundo mandato, Filomeno da Câmara de Melo Cabral, o Liceu de Sá da Bandeira (Lubango), na Huíla, que aliás em 1934, ao ser equiparado aos liceus metropolitanos, se viria a chamar Liceu Diogo Cão. Os dois estabelecimentos do ensino secundário em Angola homenageavam, portanto, através dos seus nomes, duas figuras míticas da história colonial, o de Luanda o “Restaurador” e o de Sá da Bandeira o “Descobridor”. Mas as instalações do Liceu Salvador Correia em Luanda viriam a transferir-se em 1942 para um novo edifício construído de raiz na Rua Brito Godins, no planalto do Maculusso, naquele que fora o musseque Braga, num tempo em que a sua população africana começava a ser expulsa pelos europeus

³² Reproduzida em Pepetela, *Luandando*, p. 90-91.

que, mercê da alta dos preços do café provocada pela 2^a Guerra Mundial, erguiam os novos prédios e moradias daquele que viria a ser conhecido por Bairro do Café.³³ Não é, pois, de admirar, que a grande maioria dos estudantes que o frequentaram fossem filhos de colonos.

O regime instituído pela ditadura militar em 1926 e pelo chamado Estado Novo a partir de 1933 mais não fez senão aproveitar e reordenar a política colonial repressiva e segregadora da Primeira República através das disposições do Acto Colonial de 1930. Até 1945, data do desfecho da 2^a Guerra Mundial, que geraria profundas alterações nas políticas coloniais ocidentais devido ao eclodir dos movimentos independentistas africanos e asiáticos, a propaganda colonial portuguesa, procurando exaltar as virtudes do Acto Colonial e repisando nos argumentos do incentivo à colonização branca da África e do atraso e inferioridade congénita dos negros, é marcada por dois grandes eventos: a I Exposição Colonial do Porto em 1934 e a Secção Colonial da Exposição do Mundo Português em 1940. Ambos os acontecimentos teriam repercussões na vida cultural angolana da época e, por conseguinte, na reorganização da historiografia colonial de Angola, assim como no projeto urbanístico de Luanda e na sua toponímia. Durante o período compreendido entre um e outro são inauguradas três estátuas em Luanda. A primeira foi erigida em 1935 por iniciativa do governo colonial e da edilidade de Luanda, agora quase integralmente constituída por colonos. Tratava-se do monumento aos mortos no sul de Angola durante a Grande Guerra de 1914/18, erguido no chamado Largo dos Lusíadas, situado sobre a antiga lagoa do Kinaxixi, cuja figura feminina que o encimava, alegórica da República e da Pátria Portuguesa, ficaria popularmente conhecida por “Maria da Fonte”.³⁴ As outras duas datam de 1938 e foram ambas custeadas pelos sócios da Liga Nacional Africana, associação de antigos nativistas angolanos legalizada pelo Estado Novo em 1930. Uma delas é a estátua de D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal, erguida no largo do mesmo nome, também conhecido por Largo das Obras Públicas, onde se situara o antigo musseque do Kibandu, rematando a

³³ Cf. Marins dos Santos, *Liceu Salvador Correia. Cinquentenário*, p. 14-49.

³⁴ Cf. *O Mundo Português*, num. 21 e 22, Setembro-Outubro de 1935, p. 319-321. Sobre a urbanização da lagoa do Kinaxixi e a reputação da “Maria da Fonte” entre os luandenses já nos pronunciamos noutra lugar (V. Alberto Oliveira Pinto, *A oralidade no romance histórico angolano moderno*, p. 27-45).

longa Avenida Álvaro Ferreira ou do Hospital. A outra situa-se na baixa e é o monumento comemorativo da Batalha de Ambuíla de 1665, representando um canhão, no largo onde em tempos se situara a Igreja do Corpo Santo e que, embora viesse a ser popularmente conhecido pela designação de Largo do Atlético, receberia oficialmente o nome do oficial mestiço que comandou o exército português contra o Rei do Kongo na mesma batalha, Luís Lopes de Sequeira. O objetivo dos intelectuais da Liga Nacional Africana, dos quais se destacam António de Assis Júnior, João Baptista de Sousa e Andrade, Botelho de Vasconcelos e António Francisco da Silva – e ainda os historiadores Francisco das Necessidades Castelbranco e Alberto de Lemos que, como dissemos acima, não hesitaram em desenvolver nas suas historiografias sobre Angola o mito de Salvador Correia e da “Restauração” –, cujos artigos de opinião alternavam então entre as páginas de *O Direito*, jornal da propriedade e direção de alguns deles, e de *A Província de Angola*, da propriedade do governo colonial, era o de, apropriando-se do discurso nacionalista do Estado Novo, reafirmarem a sua identidade *angolense*, agora de forma algo ambígua no âmbito Império Português, homenageando por um lado o fundador da nacionalidade portuguesa e por outro o angolano que se distinguira na sublevação dos bakongo rebeldes e que viria a ser conhecido por “O Mulato dos Prodígios”.³⁵

Desde a década de 70 do século XIX, durante a qual foram erigidas as estátuas de Pedro Alexandrino da Cunha e de Salvador Correia de Sá, Luanda atravessara 60 anos sem que tivesse sido inaugurado qualquer monumento nas suas praças públicas. Foi preciso esperar pelo advento do Estado Novo e pelo exaltar do espírito do Acto Colonial e do Império para que fossem instaladas três estátuas em três largos que assinalavam pontos fulcrais, rematando

³⁵ Cf. Mário António Fernandes de Oliveira, *A formação da literatura angolana (1851-1850)*, p. 258-277. O epíteto “O Mulato dos Prodígios” aplicado a Luís Lopes de Sequeira popularizou-se com a peça de teatro que o dramaturgo angolano José Mena Abrantes lhe consagrou em 1991, em cuja epígrafe, aliás, alude à relação direta entre a expansão colonial do domínio português a partir de Luanda e a formação de uma nacionalidade angolana, ao escrever: “*A atormentada, trágica e desconcertante trajetória de um mulato filho de escrava que, ao ajudar a destruir em pleno século XVII os três principais reinos de Angola (Congo/1665, Ndongo/1671 e Matamba/1681), não sabia (?) ainda que preparava já a existência futura de uma Nação*” (Cf. José Mena Abrantes, “Sequeira, Luís Lopes ou o Mulato dos Prodígios”, In: *Teatro, Coimbra, Cena Lusófona*, 2º Volume, p. 29). A intenção de esconder a condição de mulato de Luís Lopes de Sequeira e os seus traços somáticos está, certamente, na origem do fato de o monumento que lhe foi consagrado não ter exibido uma estátua humana representando a sua figura física e apresentar, em seu lugar, um canhão simbólico.

novas artérias asfaltadas que definiam um novo espaço urbano independente da tradicional dualidade entre Cidade Alta e Cidade Baixa: Afonso Henriques delimitando a Avenida do Hospital; “Maria da Fonte” (ou Kinaxixi) dando início à Avenida Brito Godins (ou Lenine), à Avenida Luís de Camões (ou da Missão) e à Avenida dos Combatentes (ou Valódia); finalmente Lopes de Sequeira, por detrás da recém construída Marginal, marcando o início de uma renovada e prolongada Rua Salvador Correia, cujo troço mais antigo era agora designado por Rua dos Restauradores de Angola.

O ano de 1938 é igualmente o da criação do Museu de Angola, por iniciativa de uma Comissão Administrativa liderada pelo padre Manuel Alves da Cunha, o primeiro reitor do Liceu Salvador Correia. Para guardar o seu espólio, constituído por arquivos camarários posteriores à ocupação holandesa, por material bélico remontado ao século XVII e por numerosas peças de arte sacra e de “arte indígena”, foi utilizada a Fortaleza de São Miguel, desativada havia seis anos desde que, com a supressão do degredo de Portugal para as colónias em 1932, deixara de servir de depósito aos degredados de delito comum recém chegados da metrópole.³⁶ Ao longo da primeira década da sua existência, o Museu de Angola e o também recém-criado Arquivo de Angola serão, de par com as instituições de propaganda colonial sediadas na metrópole, como a Agência Geral das Colónias, determinantes na preparação das Comemorações do Tricentenário da Restauração de Angola, a 15 de Agosto de 1948. Destas festividades, no âmbito das quais foram publicadas obras de referência para a historiografia colonial sobre Angola, nomeadamente as de Gastão Sousa Dias e Ralph Delgado, resultou durante a década de 1950 um reforço do mito de Salvador Correia, ou se preferirmos da “Restauração”, entre a população branca de Luanda, mais uma vez refletido na toponímia e na nomenclatura dos edifícios da cidade, como o demonstram, além da Avenida dos Restauradores de Angola, o Cine-Teatro Restauração e a Rua de Quicombo, situada no bairro de luxo do Miramar, cujo nome alude à baía onde fundeou a armada do “Restaurador” e onde este, segundo a lenda, tomou a decisão de defrontar os holandeses em Luanda. Mas registre-se que o ano de 1948, em que se comemorou em Luanda com grande aparato a Restauração de Angola, foi também, por coincidência (ou não?), o ano da funda-

ção da revista *Mensagem* e da dinamização do Movimento dos Novos Intelectuais de Angola, cujo lema, “Vamos descobrir Angola”, enunciado por Viriato da Cruz, já denuncia que o caminho para a identidade angolana se encontra na busca de outros mitos que se oponham aos que foram elaborados pelo discurso colonial português.

CONCLUSÃO

Até à independência de Angola, a figura de Salvador Correia de Sá e Benevides confundiu-se, aos olhos da população de Luanda, com os três poderes que a Cidade Alta sempre representou: o poder político-administrativo, que exerceu enquanto governador durante quatro anos; o poder militar, uma vez que se distinguiu enquanto general que expulsou os holandeses e veio, por isso, a acumular o cargo de capitão-mor de Luanda com o de governador; e o próprio poder eclesiástico, atendendo à sua notável capacidade de influenciar as ordens religiosas, em particular os Jesuítas. Assim se compreende por que razão a sua estátua foi erigida na Cidade Alta, sobretudo tendo em conta que os seus patrocinadores foram comerciantes que, marginalizados a partir da segunda metade do século XIX pelo poder político, procuravam ao tempo, por todos os meios, recuperá-lo.

O mito da “Restauração”, associado ao prestígio de Salvador Correia enquanto primeiro governador brasileiro em Angola e enquanto incentivador do comércio que fez prosperar uma burguesia luandense, foi partilhado por angolanos e por colonos portugueses enquanto permaneceu na memória coletiva o longo período de hegemonia brasileira na economia angolana, assente no tráfico de escravos. Sobreviveu à extinção da Companhia de Jesus e chegou mesmo a atrair a simpatia dos nativistas da “Imprensa Livre” ao longo de todo o século XIX. Entrou, no entanto, em declínio, com o endurecimento do colonialismo português às vésperas e após a Conferência de Berlim, mas sobretudo depois da Primeira República. A marginalização dos africanos, inclusive os escolarizados, do tecido urbano e do projeto urbanístico de Luanda, o reforço do discurso enselvajador a seu respeito e o silenciamento do tráfico de escravos e dos três séculos de hegemonia brasileira enquanto dados históricos incontornáveis, levaram a que Salvador Correia e o mito da “Restauração” fossem para sempre privados dos suportes culturais em que foram erigidos

para ficarem exclusivamente associados a uma construção da história de Angola articulada apenas em função da exaltação do Império português e da “missão civilizadora” do homem branco.

No século XX, a burguesia mercantil e nativista angolana acaba por repudiar definitivamente estes valores a que chegara a aderir durante o século anterior. Não obstante alguns membros da Liga Nacional Africana terem apoiado financeira e ideologicamente, ao longo da década de 1930, a edificação de três estátuas coloniais, entre as quais a do primeiro rei de Portugal, surge no entanto em finais da década seguinte o movimento cultural dos Novos Intelectuais de Angola, apresentando um projeto político de construção de uma identidade nacional angolana que viria a ser prosseguido pelo MPLA, quer depois de 1961, durante a guerra pela Independência, quer depois de 1975, uma vez no poder. Urgia criar novos mitos e heróis nacionais que diferenciasssem o homem angolano do colonizador, assim como apagar da memória dos angolanos aqueles outros mitos e heróis que, como Salvador Correia e o mito da “Restauração”, se tinham tornado apanágio de um discurso colonialista. Salvador Correia era agora visto como português ou a favor dos portugueses, independentemente de a historiografia elaborada pelo MPLA o descrever como brasileiro. Que figuras deviam ser agora exaltadas enquanto heróis nacionais angolanos? Além dos guerrilheiros da luta pela Independência, todos aqueles que a história colonial registrara como africanos opositores aos portugueses. Assim se compreende o motivo pelo qual, depois da Independência, a estátua de Salvador Correia foi apeada e guardada na Fortaleza de São Miguel, à semelhança de todas as outras estátuas conotadas com o colonialismo português. Compreende-se igualmente porque é que, se excetuarmos o caso do Cine-Teatro Restauração, cujo edifício se tornou a Assembleia Nacional e Palácio dos Congressos, os edifícios e as ruas da cidade que evocavam o nome do “Restaurador” e o feito da “Restauração”, receberam então nomes de figuras que o discurso colonial português elegera como “maus selvagens” insubmissos. A Avenida Salvador Correia e a Avenida dos Restauradores de Angola, que a continua, passaram a chamar-se unitariamente Avenida Rainha Jinga, por referência a Njinga Mbandi, a soberana do Congo e da Matança que, no século XVII, se aliou aos holandeses contra os portugueses e contra os brasileiros de Salvador Correia de Sá. Do mesmo modo que o antigo Liceu Salvador Correia adquiriu inusitadamente o nome de Mutu ya Kevela, o instigador e chefe da rebelião do Bailundo de 1902.

Abstract: Salvador Correia de Sá e Benevides represented to the population of Luanda until the independence of Angola, the three powers of the High City: the political-administrative power, that he exercised while governor for four years; the military power when, while general, has expelled the Dutchmen and, for that, accumulate the position of captain-mor of Luanda with the one of governor; and the own ecclesiastical power, due to his notable capacity to influence the religious orders, mainly the Jesuits. The myth of the “Restoration” associate to Salvador Correia’s prestige was shared by Angolan and by Portuguese settlers while stayed in their collective memory during the long period of Brazilian hegemony in the Angolan economy, supported by the slaves’ traffic. He survived to the extinction of Jesus’ Company and did get even to attract the sympathy of the nativists of the “Free Press” along the whole century XIX.

Keywords: restoration, Luanda, identity, traffic, elite.

BIBLIOGRAFIA

AAVV. *No Tricentenário da Restauração (1648-1948)*. Contribuição do Museu de Angola. Luanda: Imprensa Nacional, 1950. 194p.

ABRANTES, José Mena. *Teatro*. Coimbra: Cena Lusófona, 1999. 2 v.: 264 e 222 p.

CADORNEGA, António de Oliveira de. *História geral das guerras angolanas (1680-1681)*, edição anotada e corrigida por José Matias Delgado e Manuel Alves da Cunha. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1972. 3 v.: 629, 595 e 509 p.

CAETANO, António Filipe Pereira. O Contraponto no Ultramar: Salvador Correia de Sá e Benevides entre ser Sombra e ser Sol. X Encontro Regional de História (ANPUH-RJ), História e Biografias. Universidade do Estado do rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/Anais/2002/Indice2002.htm>

CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. *História de Angola*. Lisboa, 1937. 2 v.: 369 e 251 p. (Obra escrita em finais do século XVIII).

COSME, Leonel. *Crioulos e brasileiros de Angola*. Lisboa: Novo Imbondeiro, 2001. 102 p.

CURTO, José C. *Álcool e escravos*. O comércio luso-brasileiro de álcool em Mpinda, Luanda e Benguela durante o tráfico atlântico de escravos (c. 1480-1830) e o seu impacto nas sociedades da África Central Ocidental. Lisboa: Vulgata, 2002. 402 p. (Prefácio de Alfredo Margarido).

DELGADO, Ralph. *História de Angola*. Luanda: Edição do Banco de Angola, s/d. 4 v.: 442, 427, 403 e 406 p.

DIAS, Gastão Sousa. *Julgareis qual é mais excelente...* Luanda: Museu de Angola, 1948. 433 p.

DIAS, Gastão Sousa. *Os portugueses em Angola*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1959. 329 p.

EÇA DE QUEIROZ (neto), José Maria de. *Seara dos tempos*. Praia da Granja: Edição do Autor, s.d. 439 p.

FRANÇA, Sofia Pinto da e FRANÇA, António Pinto da. *Aquarelas de Luanda e d'outros lugares de Angola*. Luanda: Fina Petróleos de Angola, 1992. 99 p.

GAMA, Curado da. *Saudade de Luanda*. Lisboa: Quimera, 2005. 117 p.

HENRIQUES, Isabel Castro. *Percursos da modernidade em Angola*. Dinâmicas comerciais e transformações no século XIX. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1997. 836 p.

LE MOS, Alberto de. *História de Angola*. Lisboa, 1932, 256 p.

LOBO, Manuel da Costa. *Subsídios para a história de Luanda*. Lisboa: Edição do Autor, 1967. 264 p. (Prefácio de Henrique Paço d'Arcos).

LOPES, Francisco Xavier. *Três Fortalezas de Luanda em 1846*. Luanda: Museu de Angola, 1954. 75 p.

LOPO, Júlio de Castro. *Jornalismo de Angola. Subsídios para a sua história*. Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola, 1964, 125 p.

LOUREIRO, João. *Memórias de Angola*. Lisboa: Banco Comercial Português, 2000. 215 p.

MACÊDO, Tania. *Angola e Brasil*. Estudos Comparados. São Paulo: Editora Arte & Ciência, 2002. 118 p.

MAGALHÃES, José Calvet de. *Breve história diplomática de Portugal*. Mem-Martins: Publicações Europa-América, 2000. 220 p.

MILHEIROS, Mário. *Índice histórico-corográfico de Angola*. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1972. 291 páginas.

MPLA. *História de Angola*. Porto: Edições Afrontamento, s/d. 179 p. (1975; 1ª edição de Argel, Centro de Estudos Angolanos, 1965).

OLIVEIRA, Mário António F. de. *A formação da literatura angolana (1851-1950)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997. 405 p.

PACHECO, Carlos. *José da Silva Maia Ferreira*. O homem e a sua época. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1990. 307 p.

PEPETELA. *Luandando*. Luanda: Elf Aquitaine Angola, 1990. 197 p.

PEPETELA. *A gloriosa família*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997. 408 p.

PINTO, Alberto Oliveira. O concurso de literatura colonial da Agência Geral das Colónias (1926-1951); colonialismo e propaganda. *Clio*, Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Nova Série, v. 7, p. 191-256, 2002.

PINTO, Alberto Oliveira. *A oralidade no romance histórico angolano moderno*. Lisboa: Novo Imbondeiro, 2003. 71 p.

PINTO, Alberto Oliveira. A formação do anticolonialismo em Angola. *Liberdade. Revista de Cultura e Contracultura*. Anais Científicos da Universidade Independente, Lisboa, Estúdios Cor, Nova Série, n. 7, 2004, p. 31-60.

PINTO, Alberto Oliveira. *Cabinda e as construções da sua história 1783-1887*. Lisboa: Dinalivro, 2006. 306 p.

REBELO, Manuel dos Anjos da Silva. *Relações entre Angola e o Brasil (1808-1830)*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1970. 452.

SALVADOR, Paulo. *Era uma vez... Angola*. Lisboa: Quimera, 2004. 184 p.

SANTOS, Arnaldo. *A casa velha das margens*. Porto: Campo das Letras, 1999. 378 p.

SANTOS, José de Almeida. *Vinte anos decisivos na vida de uma cidade (1845-1864)*. Luanda: Edição da Câmara Municipal de Luanda, 1970. 503 p.

_____. *Apenas um punhado de bravos!* Luanda: Edição da Câmara Municipal de Luanda, 1971. 331 p.

_____. *Crónicas da velha cidade*. Luanda: Edição da Câmara Municipal de Luanda, 1972. 440 p.

_____. *A velha Loanda nos festejos, nas solenidades, no ensino*. Luanda: Edição da Câmara Municipal de Luanda, 1972. 472 p.

_____. *A alma de uma cidade*. Luanda: Edição da Câmara Municipal de Luanda, 1973. 524 p.

SANTOS, Martins dos. *Liceu Salvador Correia*. Cinquentenário. Luanda: Comissariado Provincial, 1969. 170 p.

SERRÃO, Joel (Dir.). *Dicionário de história de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, s/d [1981]. 6 v.

SILVA, Mário Alexandrino da. *15 de Agosto de 1648 - São Paulo d'Assumpção de Loanda foi libertada por tropas brasileiras*. Disponível em: <http://www.portugal-linha.pt/opinia/CAlexandrino/cron3.html>

SILVA, Rosa Cruz e. O nacionalismo angolano, um projeto em construção no século XIX? Através de três periódicos da época: “O Pharol do Povo”, “O Tomate” e “O Desastre”. In: MATA, Inocência e PADILHA, Laura (Org.). *Mário Pinto de Andrade, um intelectual na política*. Lisboa: Edições Colibri. 2002, p. 231-277.

VERA CRUZ, Elizabeth Ceita. *O Estatuto do Indigenato*. Angola. A legalização da discriminação na colonização portuguesa. Lisboa: Novo Imbondeiro. 2005. 175 p.